

ARTIGOS DOSSIÊ

Igor Friedrich Hochstätter^I

Lamounier Erthal Villela^{II}

Edmir Amanajás Celestino^{III}

Álvaro Augusto Veloso Theodoro^{IV}

Contribuição da extensão universitária na sistematização de metodologias inovadoras e tecnologias sociais para o Desenvolvimento Territorial na Baía da Ilha Grande, RJ

The contribution of university extension in the systematization of innovative methodologies and social technologies for Territorial Development in the Bay of Ilha Grande, RJ



RESUMO:



Este trabalho tem como objetivo apresentar a sistematização de metodologias inovadoras e tecnologias sociais, baseadas nas atividades de extensão do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT/UFRRJ). As atividades foram realizadas no suporte às ações do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG/MDA), através do Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande (OT-BIG/UFRRJ). O PEPEDT desenvolveu atividades centradas nas dinâmicas territoriais e aplicação de políticas públicas para o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) nos municípios de abrangência do Colegiado BIG: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro e Seropédica-RJ. A teoria utilizada emprega os conceitos de Participação Social, Controle Social e Cidadania Deliberativa a partir da abordagem do campo da Gestão Social. A metodologia aplicada inclui a sistematização dos dados produzidos pelo PEPEDT; formulação de matrizes de Similaridade e Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA). Desta forma, foi possível estabelecer categorias de análise das atividades do PEPEDT e organizar banco de dados de resultados das ações. Foi possível traçar um panorama das ações do PEPEDT para a criação de um portfólio de metodologias inovadoras e tecnologias sociais, alcançadas através do Colegiado BIG, que consiste em uma coleção organizada e detalhada de recursos e inovações voltados para o desenvolvimento territorial e a melhoria das políticas públicas.



Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Tecnologias sociais; Participação social; Gestão social; Políticas públicas

ABSTRACT:



This work aims to present the systematization of innovative methodologies and social technologies, based on the extension activities of the Teaching, Research, and Extension Program on Territorial Development and Public Policies (PEPEDT/UFRRJ). The activities were carried out in support of the actions of the Rural Territorial Development Council of the Bay of Ilha Grande (Colegiado BIG/MDA), through the Territorial Observatory of the Bay of Ilha Grande (OT-BIG/UFRRJ). PEPEDT developed activities focused on territorial dynamics and the implementation of public policies for Sustainable Territorial Development (STD) in the municipalities covered by the Colegiado BIG: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro, and Seropédica-RJ. The theoretical approach employs the concepts of Social Participation, Social Control, and Deliberative Citizenship, based on the field of Social Management. The applied methodology includes the systematization of data produced by PEPEDT and the formulation of Similarity and SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats) matrices. In this way, it was possible to establish categories of analysis of PEPEDT's activities and organize a database of the results of its actions. It was possible to develop an overview of PEPEDT's actions for the creation of a portfolio of innovative methodologies and social technologies, achieved through the Colegiado BIG, which consists of an organized and detailed collection of resources and innovations aimed at territorial development and the improvement of public policies.

Keywords: Territorial development; Social technologies; Social participation; Social control; Public policies

^I Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro , RJ, Brasil. hochstatter.br@gmail.com,  <https://orcid.org/0009-0001-2935-1459>

^{II} Doutor em Economia Aplicada pela Sorbonne Nouvelle - Paris III; Professor, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro , Rio de Janeiro, RJ, Brasil. lamounier@ufrj.br,  <https://orcid.org/0000-0002-8506-4454>

^{III} Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Universidad Nacional de Rio Cuarto; Pesquisador, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro , Rio de Janeiro, RJ, Brasil. amanajas@ufrj.br,  <https://orcid.org/0000-0001-8291-9923>

^{IV} Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro , Rio de Janeiro, RJ, Brasil. alvaroaugusto.vt@gmail.com,  <https://orcid.org/0009-0001-4383-8394>

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) foi desenvolvido como parte das políticas públicas no Brasil voltadas ao desenvolvimento de áreas rurais, especialmente a partir dos anos 2000, quando a sustentabilidade e a inclusão social se tornaram pautas relevantes (MDA, 2013). Dentro desse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) teve um papel essencial na implementação de estratégias para o fortalecimento dos territórios rurais, promovendo a inclusão produtiva, a governança participativa e o controle social (CANDIOTTO, CORRÊA, 2004).

A partir das ações do PNDRSS, foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PNDTRS), uma das diretrizes fundamentais que impulsionou a criação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), cuja função era integrar a academia, as comunidades locais e o poder público, promovendo uma gestão mais participativa e adequada às realidades locais (MDA, 2013).

A criação do Colegiado BIG foi instituída com o apoio do MDA para fortalecer a participação dos atores locais na gestão do território e na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento sustentável na Baía da Ilha Grande, em territórios situados na região da Costa Verde, ao sul

do estado do Rio de Janeiro. Contudo, em 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e as mudanças estabelecidas pelo governo Temer, houve uma ruptura significativa nas políticas de desenvolvimento rural (MDA, 2013).

A extinção do MDA e o enfraquecimento de programas e políticas como o PNDTRS e o PNDRSS resultaram na perda de apoio institucional a iniciativas realizadas pelos NEDETs, que enfrentaram grandes dificuldades de continuidade (RAMOS, 2019). Nesse cenário, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) respondeu às demandas locais criando o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT), que deu continuidade ao trabalho iniciado pelo NEDET BIG e apoiou a continuidade das ações do Colegiado BIG na promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).

A continuidade das atividades do PEPEDT, ao longo de oito anos, destacou a utilidade da extensão universitária como ferramenta crucial para o DTS. Ao conectar o conhecimento acadêmico com as necessidades reais das comunidades, a extensão universitária promoveu a co-criação de soluções e metodologias inovadoras que respeitam as especificidades do território (LIMA *et al.*, 2024). Essa interação contínua entre a universidade e a sociedade foi fundamental para gerar impactos positivos para o desenvolvimento social, econômi-

co e ambiental, contribuindo para a inclusão social e o fortalecimento das comunidades locais. Assim, a extensão universitária se consolidou como um meio eficaz de transformar a pesquisa acadêmica em ferramentas práticas de fortalecimento dos territórios, promovendo um desenvolvimento baseado na sustentabilidade (RAMOS, VILLELA, MAURY, 2021).

Os municípios que compõem o Colegiado da Baía da Ilha Grande Colegiado BIG, incluem Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Seropédica e Rio Claro. Esses territórios apresentam características socioeconômicas e ambientais diversas, demandando abordagens diferenciadas para o DTS. As ações realizadas pelo PEPEDT nesses municípios, com foco em metodologias participativas e inclusão social, foram a base para a criação de um portfólio de tecnologias sociais, cuja sistematização foi resultante desta pesquisa.

O trabalho realizado teve como objetivo documentar, analisar e promover as iniciativas de extensão universitária implementadas no território do Colegiado BIG, oferecendo um referencial para a replicação em outras regiões e consolidação das práticas de DTS. A proposta do portfólio é de servir como ferramenta para a identificação e valorização do potencial transformador da extensão e da pesquisa, evidenciando como essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento acadêmico, social e territorial, fortalecendo o papel da univer-

sidade na construção de conhecimentos aplicados e no engajamento social.

A sistematização de ações do PEPEDT tornou-se importante para a caracterização de ferramentas que utilizam a gestão social em sua dimensão aplicada na articulação das ações voltadas para o DTS. Através da sistematização de dados, foi possível observar os resultados alcançados, pontos fortes e fracos, oportunidades e fraquezas das ações do Programa. Para isto, realizou-se a catalogação e análise do acervo de publicações, dissertações e teses ligadas ao PEPEDT. Assim, pode-se visualizar e catalogar os objetivos atingidos e traçar o panorama metodológico e de inovações em Tecnologias Sociais (TS) utilizadas nas ações do PEPEDT junto ao Colegiado BIG. Esse processo envolveu a tabulação de temas relacionados aos recursos metodológicos e inovadores, com enfoque no DTS e na melhoria das políticas públicas aplicadas no território.

Ao longo dos 10 anos de atuação do PEPEDT, a necessidade de sistematizar as contribuições do programa culminou na proposta de criação de um portfólio estratégico, elaborado a partir dos resultados desta pesquisa. Este portfólio visa refletir a integração da extensão universitária com a pesquisa aplicada, destacando o impacto e a relevância das ações para o fortalecimento do vínculo entre a academia e o desenvolvimento territorial.

A base teórica utilizada emprega os conceitos de Participação Social, Controle Social e Cidadania Deliberativa a partir da abordagem do campo da Gestão Social. A metodologia aplicada a formulação de matrizes (Singularidade e FOFA). A categorização desses materiais permitiu uma visão crítica e estruturada, ampliando a compreensão sobre a eficácia das iniciativas e criando uma base sólida para novas estratégias de atuação. A utilização de matrizes comparativas e análises estatísticas possibilitou uma leitura mais precisa dos desafios e oportunidades, reforçando o papel central do PEPEDT na promoção do DTS que alia de maneira eficaz as teorias sobre desenvolvimento local e regional e a prática da pesquisa ação, através da extensão universitária.

GESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A gestão social é uma abordagem que enfatiza a participação ativa dos atores sociais na governança dos territórios, promovendo a cidadania ativa e a construção coletiva de soluções voltadas para o desenvolvimento territorial. Essa perspectiva valoriza a capacidade dos indivíduos e grupos locais de influenciar as políticas públicas e de implementar tecnologias sociais adequadas às suas

realidades (TENÓRIO, 2013).

A gestão social propõe uma ruptura com os modelos tradicionais de gestão, incorporando processos decisórios democráticos e participativos que colocam a comunidade como protagonista. Esse modelo é especialmente relevante na extensão universitária, onde o conhecimento acadêmico e o saber popular se encontram para gerar tecnologias sociais que impactam positivamente o desenvolvimento territorial (TENÓRIO, 2010).

O desenvolvimento local está intrinsecamente ligado à capacidade dos atores sociais de mobilizarem recursos e conhecimentos em prol do bem comum. A cidadania, nesse contexto, é o motor que impulsiona a criação de soluções inovadoras, que não apenas atendem às necessidades imediatas, mas também fortalecem a coesão social e a sustentabilidade territorial (TENÓRIO, 2012).

A gestão social fundamentou-se nos princípios da participação e do controle social, essenciais para uma governança democrática e inclusiva (TENÓRIO, 2018). Esses princípios garantem o envolvimento ativo dos atores sociais nos processos decisórios e a fiscalização contínua sobre as ações implementadas. O princípio da participação na gestão social implica na inclusão ativa dos diversos atores sociais na elaboração e execução de políticas públicas. Diferente dos modelos centralizados de gestão, a participação aqui é estruturada de

forma horizontal, onde as decisões são tomadas coletivamente, com base no diálogo e na deliberação.

Conforme Tenório (2008), a participação não é apenas consultiva, mas deliberativa, colocando os cidadãos como protagonistas na definição dos rumos do desenvolvimento de seus territórios. Ainda segundo Tenório (2008), a cidadania deliberativa é um conceito que envolve mais do que a simples participação, trata-se de um processo em que os cidadãos deliberam coletivamente sobre questões que afetam suas vidas, buscando consensos por meio do diálogo. Nesse modelo, as decisões são tomadas com base em argumentos racionais, promovendo a participação ativa e respeitando a diversidade de vozes.

O controle social (TENÓRIO, 2018) se refere à capacidade dos cidadãos de monitorar e fiscalizar a gestão pública, garantindo que as políticas e projetos sejam implementados de acordo com as demandas da comunidade e de maneira transparente. Esse princípio visa assegurar que o poder público e as instituições envolvidas estejam sujeitos ao escrutínio dos cidadãos, promovendo a *accountability* e a corresponsabilidade nas ações de DTS.

Para Tenório (2010), o controle social é uma ferramenta essencial na manutenção da legitimidade das decisões e garantia de que os interesses coletivos prevaleçam sobre os individuais. A

Gestão Social, ao incorporar esses princípios, promove uma governança que valoriza a cidadania ativa, o engajamento contínuo e a transparência nos processos decisórios, assegurando que as políticas públicas respondam de forma efetiva às necessidades locais.

A Gestão Social, referência da extensão universitária no Colegiado BIG, é uma disciplina genuinamente brasileira, organizada numa rede nacional de pesquisadores em gestão social (RGS) que começou a se formar nos anos 1990 e se expande progressivamente numa Rede Latino-americana de Gestão Social (RAMOS, SARMENTO, VILLELA, 2021, p. 13).

Sustenta-se nesta pesquisa que as universidades, por meio das atividades de extensão, são importantes instituições articuladoras da construção coletiva de projetos de desenvolvimento territorial (RAMOS, VILLELA, MAURY, 2021). Nos canais de comunicação abertos, às propostas das comunidades rurais são ouvidas e trazidas para análise quanto a sua viabilidade e adequação técnica pela equipe universitária. Trata-se de um processo retroalimentar que articula ciência através da aplicação prática de ferramentas de Gestão Social e DTS (RAMOS, VILLELA, MAURY, 2021).

INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS SOCIAIS

O conceito de inovação emergiu inicialmente no campo da economia no início do século XX, ganhando destaque por meio das pesquisas de Joseph Schumpeter (SCHUMPETER, 1988), que a definiu como um motor para o desenvolvimento econômico e uma força capaz de gerar transformações nos mercados, por meio de novos produtos, processos, métodos de produção e organização (ARAÚJO, CÂNDIDO, 2015). Schumpeter destacou a inovação como um processo essencial para uma destruição criativa, no qual as novas tecnologias e métodos substituem os antigos, promovendo o progresso econômico (SCHUMPETER, 1988).

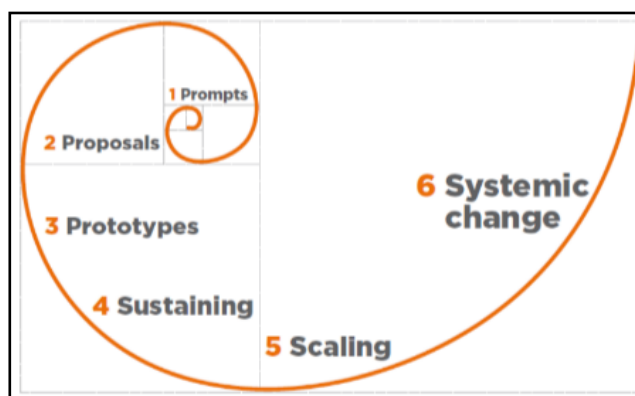
Contudo, as definições e conceituações de inovação se expandiram consideravelmente além da visão schumpeteriana ao longo do tempo. Atualmente, compreende-se inovação não apenas em termos econômicos, mas também em termos sociais, culturais e ambientais. Uma dessas vertentes é a inovação social, que se refere a novas estratégias, conceitos e ideias que visam atender necessidades sociais de forma mais eficaz do que as soluções existentes, especialmente aquelas derivadas do setor público ou do mercado tradicional (MURRAY, CAULIER-GRICE e MULGAN, 2010).

Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) conceituam diferentes estágios do ciclo de vida das inovações, descritos de forma simplificada: inicial-

mente, elas surgem como ideias inovadoras (*prompts*) impulsionadas pela necessidade de soluções sociais. Posteriormente, essas ideias se transformam em propostas concretas (*proposals*) e são testadas na prática (*prototypes*). Quando obtêm resultados positivos, passam a fazer parte das práticas cotidianas

(*sustaining*) e começam a se expandir, alcançando um público mais amplo (*scaling*). Finalmente, elas provocam mudanças sistêmicas (*systemic changes*), impactando diversos setores da sociedade (Figura 1).

Figura 1 - O processo de inovação social



Fonte: Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010)

Em um contexto em que a competitividade e o desenvolvimento econômico têm ocupado uma posição central nas dinâmicas sociais, o conceito de inovação adquire relevância estratégica. Entretanto, não se trata apenas de mudanças tecnológicas ou mercadológicas voltadas exclusivamente para o crescimento econômico, mas sim de transformações que promovam o bem-estar cole-

tivo, integrando os princípios da sustentabilidade, da inclusão social e da participação cidadã (BIGNETTI, 2011).

Segundo Pol e Ville (2009), a inovação social é orientada para o bem-estar social, diferenciando-se da inovação convencional ao priorizar a resolução de problemas coletivos, como desigualdade, pobreza e exclusão social. Dessa forma, a inovação passou a ser vista como um mecanismo para promover o desenvolvimento territorial e a transformação social, reforçando o papel das comunidades, organizações e instituições na criação de soluções para os desafios contemporâneos. Assim, considera-se que o conceito de inovação aplicado ao contexto de Gestão Social, “afastou-o do significado inicialmente estabelecido por Schumpeter que até hoje serve como conceito básico na maioria dos estudos acadêmicos sobre o tema de que a inovação se vincula à geração do valor econômico (BIGNETTI, 2011, p. 57).

Nessa perspectiva, a inovação deve ser compreendida como um instrumento que fortalece a cidadania deliberativa e a Gestão Social, capaz de articular soluções que atendam às demandas da comunidade e respeitem os limites ecológicos e vocações econômicas territoriais. Essa visão crítica torna-se ainda mais relevante diante da popularização do termo inovação, que muitas vezes corre o risco de ser simplificada e dissociada de seu potencial transformador em termos de justiça social

e sustentabilidade.

Quando se aplica o conceito de inovação social juntamente ao de inovação tecnológica, estabelecemos as bases teóricas que definem as TS. Estas podem ser consideradas como produtos, técnicas, metodologias ou processos desenvolvidos em conjunto com atores locais do território, com o objetivo de oferecer soluções eficazes para problemas sociais, ambientais ou econômicos da comunidade, visando à transformação social. Rodrigues e Barbieri (2008, p.1070) contribuem com a definição de TS como “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”.

A preocupação com o processo de produção da TS, embora não prescindida de aspectos gerenciais, volta-se prioritariamente para a emancipação dos atores envolvidos, tendo no centro os próprios produtores e usuários dessas tecnologias. A extensão universitária é essencial para promover a produção e disseminação de TS, pois facilita a participação ativa das comunidades, garantindo que os próprios atores locais se apropriem dessas soluções, gerando autonomia e desenvolvimento sustentável (RODRIGUES e BARBIERI, 2008).

A Gestão Social, aliada à extensão universitária, é um meio fundamental para a efetivação das TS, pois estas se potencializam quando efetivadas em um espaço participativo e dialógico em

que se dá a participação da universidade. Assim, comunidades e academia co-criam soluções voltadas ao DTS (DAGNINO, 2006). Estas soluções se configuram como TS capazes de impulsionar a Gestão Social ao fortalecer a organização, participação e controle social, assim como, a cidadania deliberativa (DUQUE, 2015).

Consideramos importante refletir que comunidades tradicionais e grupos locais que desenvolvem uma economia endógena, focada nos processos territoriais, são o público prioritário no desenvolvimento de TS sustentáveis, capazes de melhorar sua qualidade de vida. Neste sentido, alguns exemplos são as TS utilizadas por populações haliêuticas, periféricas, marginalizadas e ameaçadas pela desterritorialização, especulação imobiliária ou pelos impactos de megaempreendimentos (MOREIRA *et al*, 2023).

Considerando que toda TS está intrinsecamente ligada à promoção da inclusão social e do desenvolvimento econômico e socioambiental, é essencial que ela seja concebida e aplicada em um contexto comunitário. Esse processo deve levar em conta os laços de reciprocidade, confiança e cooperação entre os atores locais, alinhando-se às dinâmicas territoriais e fortalecendo a governança participativa (FONSECA, 2010). Assim, reconhecemos estes processos no contexto das aplicações de metodologias e atividades aplicadas promovidas pelo PEPEDT no âmbito do Colegiado BIG.

METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental de produções do PEPET relacionadas ao Colegiado BIG ou resultantes de atividades do Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande (OT-BIG), anteriores a realização deste trabalho. Também foi realizada a observação participante no acompanhamento de ações atuais do PEPEDT, com a realização de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas contribuíram para o levantamento de dados sobre a percepção dos agentes locais que participam do Colegiado BIG e OT-BIG, em ações que visam o DTS, em especial aquelas que fomentam a inclusão produtiva e o controle social.

O método adotado na caracterização de metodologias inovadoras e tecnologias sociais se pauta na utilização de matriz FOFA para identificação e definição de modelos aplicados na Gestão Social, sendo também feito o levantamento e análise quali-quantitativo dos trabalhos produzidos, tabulados em dados através da criação de uma matriz de similaridade, ferramenta implementada na sistematização dos dados produzidos pelo PEPEDT sobre os territórios do Colegiado BIG.

As análises se deram de forma retrospectiva e prospectiva segundo metodologia de (MAURY, 2021), sobre as ações do PEPEDT junto ao Colegiado BIG se deram a partir da análise das dissertações e teses de bolsistas do programa. Es-

tes trabalhos sintetizam resultados baseados nas atividades realizadas pelo PEPEDT, como as reuniões do Colegiado BIG, eventos relacionados ao território, articulação de atores locais, trabalhos em congressos, realização de oficinas e capacitações. As análises prospectivas incluem ainda o planejamento de atividades futuras e acompanhamento de atividades em andamento. Estas análises envolveram planejamento de atividades futuras e monitoramento das ações em andamento.

As matrizes geradas pelas análises retrospectivas e prospectivas, sintetizam a avaliação de resultados sobre as atividades do PEPEDT em termo de resultados de ações, encaminhamentos de propostas, formulação de projetos e sistematização das rotinas que caracterizam as metodologias inovadoras e TSs pautadas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essas práticas estão alinhadas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, integrando planejamento, execução e reflexão contínua das atividades no âmbito da pesquisa-ação e pesquisa baseada na extensão.

RESULTADOS

Ferramentas de DTS

O PEPEDT, desempenha um papel central na consolidação de metodologias inovadoras e tecnologias sociais voltadas para o DTS. As atividades do PEPEDT se concentraram em auxiliar atores locais a acessar políticas públicas, por meio de capacitação, estruturação de projetos e realização de pesquisas aplicadas. Além disso, organiza eventos e reuniões, que servem como plataformas de comunicação entre atores locais, o PEPEDT e o poder público.

Para que fosse possível desenvolver as ferramentas de DTS, utilizou-se a categorização através do uso de matrizes, possibilitando identificar as metodologias inovadoras e TS aplicadas ao DTS, como demonstrado a seguir. Também foi possível identificar os obstáculos como a baixa participação da sociedade civil, desigualdades no desenvolvimento territorial e dificuldades no controle social. A Matriz FOFA (Figura 2), demonstra os Pontos Fortes, Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças e auxilia na compreensão da dinâmica territorial e do papel do PEPEDT na articulação entre os atores sociais e o poder público.

Figura 2 - Matriz FOFA do PEPEDT

Pontos fortes	Pontos fracos
Extensão Universitária	Falta de recursos para a expansão do programa.
Capacidade de engajar atores sociais nos territórios.	Organização popular e política com baixo protagonismo
Propagação tecnológica	Capacitação Limitada dos Atores Locais
Oportunidades	Ameaças
Expansão do programa para outros territórios	Mudanças políticas com cortes de financiamento
Parcerias com outras instituições públicas.	Desmonte das Políticas Públicas e dos instrumentos de apoio
Ampliação do uso de tecnologias sociais	Desterritorialização

Fonte: Autores (2024)

A Extensão Universitária se mostra como uma ferramenta fundamental na promoção do DTS. Por meio da aplicação prática do conhecimento acadêmico, a universidade desempenha um papel crucial na disseminação de pesquisas e na implementação de projetos que geram impacto direto nas comunidades locais. A extensão permite a propagação de saberes e tecnologias que preservam e fortalecem as práticas culturais e produtivas de comunidades tradicionais. Além disso, contribui para o desenvolvimento econômico local ao promover atividades que geram renda. Essas iniciativas são alinhadas aos princípios de sustentabilidade e cidadania deliberativa, focando especialmente em regiões com ausência do mercado tradicional e em contextos em que os atores sociais estão marginalizados.

A capacidade de engajar atores sociais nos territórios constitui um dos principais diferenciais do PEPEDT, especialmente no contexto da promo-

ção de tecnologias sociais. Por meio do Colegiado BIG, o programa mantém um diálogo contínuo com diferentes atores locais, garantindo sua participação ativa na construção e aplicação de soluções voltadas ao DTS. Essa articulação é reforçada por um processo contínuo de credenciamento dos participantes e pela realização de eventos que visam à disseminação de tecnologias sociais e à divulgação das pesquisas desenvolvidas nas áreas de atuação do Colegiado BIG. Tais práticas ampliam a participação cidadã, fortalecem a governança social e asseguram que as inovações tecnológicas sejam aplicadas de forma colaborativa, respondendo diretamente às demandas dos territórios.

Considerando que o foco de pesquisa está centrado no próprio território, o PEPEDT conta com um extenso acervo composto por dezenas de artigos e trabalhos completos em anais de evento, além de trabalhos de graduação, mestrado e doutorado desenvolvidos por alunos da UFRRJ, universidade cuja sede se encontra no território do Colegiado BIG. Esse acervo proporciona uma base sólida para análises aprofundadas e contextualizadas, garantindo que as investigações e propostas geradas pelo PEPEDT sejam fortemente ancoradas nas realidades locais. A presença desse volume significativo de produções acadêmicas possibilita investigar a aplicação de TS ajustadas às necessidades do território, ampliando a análise do impacto das soluções desenvolvidas.

A expansão do programa para outros territórios representa uma oportunidade estratégica para o PEPEDT e o Colegiado BIG, especialmente com a integração do município Rio Claro em 2017. A entrada de Rio Claro no Colegiado BIG, em parceria com atores locais e a atual Prefeitura, amplia o alcance do PEPEDT e fortalece a rede de cooperação territorial. Essa expansão permite a aplicação das metodologias e TS desenvolvidas em novos contextos, promovendo a multiplicação no uso de ferramentas para o DTS e garantindo a participação ativa dos novos atores na construção de soluções colaborativas. A inclusão de novos territórios cria oportunidades para replicar e ajustar as inovações tecnológicas, adaptando-as às especificidades locais e ampliando o impacto do programa.

O PEPEDT, agora em colaboração com o recentemente recriado MDA sob o Governo Lula, retoma um importante papel na articulação entre os atores locais e o governo. Essa parceria tem se mostrado essencial na promoção de eventos e na criação de canais de diálogo direto entre os atores territoriais e o poder público, cumprindo um dos principais objetivos do PEPEDT: ser uma ponte efetiva para a participação social e a governança territorial. Além disso, o programa mantém uma estreita cooperação com outras unidades da UFRRJ e seus Programas de Pós-Graduação que fornecem uma base acadêmica fundamental para a valida-

ção e escalabilidade das TS, fortalecendo a integração entre pesquisa acadêmica, extensão universitária e DTS. Essa sinergia entre academia, atores locais e governo amplia o impacto das ações do PEPEDT e promove soluções que respondem diretamente às demandas dos territórios.

A ampliação do uso de TS configura uma oportunidade comprovada de engajar atores sociais nos territórios. As TS têm se mostrado eficazes na resolução de desafios locais e inclusão social, promovendo a participação social em prol de soluções específicas para os territórios. Com a recriação do MDA e a expansão para novos territórios, o PEPEDT encontra um ambiente propício para ampliar a disseminação dessas inovações. A expansão dessas tecnologias otimiza o uso de recursos e amplia os benefícios para um maior número de atores nos territórios, replicando soluções testadas no Colegiado BIG e adaptando-as a diferentes contextos regionais. Esse processo de difusão tem o potencial de maximizar a eficiência na alocação de recursos e na implementação de políticas públicas, ao mesmo tempo em que fortalece a governança territorial.

A falta de recursos para a expansão do programa configura uma fraqueza significativa para o PEPEDT, especialmente pelo fato de ser uma iniciativa ligada à universidade pública. Como tal, a disponibilidade de orçamento está sujeita a flutuações orçamentárias e à dependência de disponibi-

lidade de verbas públicas, o que limita a capacidade de ampliar as atividades para outros territórios e desenvolver novos projetos em um planejamento de longo prazo. Além disso, a burocracia inerente ao setor público muitas vezes retarda a captação de recursos adicionais por meio de editais ou parcerias. Essa limitação impede que o programa atinja seu potencial pleno de disseminação de TS e expansão das metodologias já implementadas, restringindo o impacto das inovações para além do território do Colegiado BIG.

A organização popular e política com baixo protagonismo representa uma fraqueza considerável no contexto dos territórios atendidos pelo PEPEDT. Embora os atores sociais credenciados e participantes ativos desempenhem um papel crucial, com elevada colaboração e competência, há uma ausência de novos atores engajados no envolvimento político, fato observado na população em geral. Grande parte da sociedade nos territórios ainda não participa ativamente dos processos decisórios, o que limita o alcance e a efetividade das políticas implementadas. Esse cenário enfraquece a capacidade de mobilização social e a legitimidade das ações voltadas ao DTS.

A baixa capacitação dos atores locais constitui uma fraqueza significativa no processo de DTS. A falta de formação adequada e de programas de capacitação contínua, voltados para o fortalecimento das lideranças locais, impede que es-

ses atores assumam um papel de protagonismo nas ações e na tomada de decisões estratégicas. Sem o devido preparo, muitos líderes locais enfrentam dificuldades em articular demandas, mobilizar recursos e gerenciar projetos de maneira eficaz. Essa lacuna compromete a autonomia das comunidades e enfraquece a governança participativa, dificultando a implementação de soluções efetivas.

As mudanças políticas com cortes de financiamento representam uma ameaça significativa ao planejamento de longo prazo das atividades do PEPEDT. A instabilidade política, especialmente em tempos de transição governamental, pode resultar em cortes drásticos de verbas públicas destinadas a programas de desenvolvimento territorial e extensão universitária. Essa imprevisibilidade orçamentária compromete a continuidade e a expansão dos projetos, dificultando a implementação de soluções de médio e longo prazo. A dependência de recursos públicos, em um cenário de instabilidade, torna o planejamento estratégico vulnerável, limitando a capacidade de execução de ações e afetando diretamente o alcance das inovações e tecnologias sociais promovidas pelo programa.

O desmonte das políticas públicas e dos instrumentos de apoio representa uma ameaça crítica tanto para os atores sociais quanto para as universidades que atuam por meio da extensão. A redução ou eliminação de políticas voltadas ao

DTS impacta diretamente nos recursos e no suporte necessário para que os atores sociais possam implementar soluções em seus territórios. Para a universidade, e especificamente para os programas de extensão, como o PEPEDT, o enfraquecimento dessas políticas resulta em menos oportunidades de financiamento, menos articulação com o poder público e mais dificuldade na promoção de TS.

A possível ausência de instrumentos de apoio afeta negativamente a extensão universitária ao dificultar a comunicação e a implementação de projetos que necessitam de colaboração com instituições governamentais. Com isso, a capacidade da universidade de integrar o conhecimento acadêmico às demandas reais dos territórios é prejudicada, limitando o impacto das soluções criadas e colocando em risco a continuidade de iniciativas de inclusão socioeconômica, DT e desamparando os atores pela.

A desterritorialização é uma ameaça ao DTS, especialmente em regiões que dependem de políticas públicas voltadas à preservação e fortalecimento das comunidades locais. Esse processo, que envolve a desconexão dos atores sociais com seu território devido à pressão de agentes externos que compromete profundamente a coesão social e cultural das comunidades. Para o PEPEDT e outros programas de DTS, a desterritorialização dificulta a implementação de projetos e TS, pois

fragmenta os grupos locais, diluindo a capacidade de mobilização e organização comunitária. Quando os laços territoriais são enfraquecidos, a fragmentação social se acentua, levando à dispersão dos grupos que, antes, estavam alinhados em objetivos e práticas compartilhadas. Isso resulta numa diluição do poder de ação coletiva, enfraquecendo as redes de apoio e a própria capacidade de reivindicar direitos ou implementar transformações significativas no território.

A desintegração dos vínculos territoriais também enfraquece a governança local, uma vez que os atores sociais perdem suas bases de atuação e as relações de pertencimento ao espaço. Isso impacta negativamente tanto as iniciativas de extensão quanto às áreas de influência, pois a extensão universitária depende de um território ativo e integrado para aplicar suas metodologias e tecnologias de forma eficaz.

O PEPEDT desenvolveu uma importante ferramenta de DTS com a criação do O-BIG, que facilitou a articulação de metodologias inovadoras e tecnologias sociais com o objetivo de fortalecer a governança territorial e promover a inclusão dos atores sociais nos processos decisórios. Uma importante ação do programa foi a integração de práticas participativas, como rodas de conversa, oficinas comunitárias e o uso da Matriz FOFA na avaliação de ações locais, o que permitiu a construção de um modelo de gestão social adaptado às

realidades locais. A abordagem participativa, que conecta os saberes acadêmicos com os conhecimentos populares, criou um espaço onde as comunidades locais podem participar ativamente da elaboração e monitoramento de políticas públicas.

Ao fomentar o diálogo entre a sociedade civil, o poder público e a universidade, o PEPEDT consolidou um processo de cocriação que promove o DTS de maneira colaborativa. Neste sentido, a criação do OT-BIG envolveu a implementação de mecanismos de controle social, por meio dos quais, as comunidades locais passaram a ter uma maior capacidade de fiscalizar e acompanhar o andamento dos projetos, assegurando que as políticas implementadas reflitam suas necessidades e prioridades. Ao integrar essas práticas e ferramentas, o PEPEDT não só promoveu o DTS mas também fortaleceu as bases para uma governança democrática e participativa.

O Colegiado BIG

As reuniões do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG) desempenham um papel estratégico na consolidação da governança participativa, atuando como espaço essencial para a articulação entre os atores sociais envolvidos no DTS. Essas reuniões são fundamentais não apenas para a troca de informações entre a extensão e os agentes territoriais, mas também para o fortaleci-

mento do compromisso coletivo com as políticas e projetos voltados ao DTS.

Um dos principais objetivos dessas reuniões é atualizar os atores sociais sobre o andamento das iniciativas em curso. Elas permitem que todos os participantes, incluindo membros da comunidade, representantes do poder público, acadêmicos e organizações parceiras – se mantenham informados sobre os avanços e desafios enfrentados nos projetos e políticas em implementação. Essa atualização contínua é crucial para garantir que as ações do Colegiado sejam alinhadas às necessidades e demandas emergentes do território, além de manter a coesão entre os diferentes grupos sociais.

Outro aspecto relevante é o processo de credenciamento dos atores sociais. As reuniões funcionam como um espaço de reafirmação do compromisso com as ações e objetivos do Colegiado BIG, garantindo que os membros permaneçam engajados nas atividades propostas. Esse credenciamento é fundamental para manter a legitimidade e representatividade das deliberações, assegurando que as vozes de todos os grupos envolvidos sejam consideradas nas decisões que afetam o território.

A análise retrospectiva do Colegiado BIG apresenta dados de como o cenário da matriz FOFA foi estabelecido em 2019, dando base para a análise atual (Figura 3). Já a análise prospectiva

(Figura 4) ajudou a projetar cenários futuros para o fortalecimento e expansão das TS no contexto do DTS. A partir da experiência acumulada pelo PEPEDT junto ao Colegiado BIG, foi possível traçar caminhos estratégicos para maximizar o impacto das TS, considerando as variáveis socioeconômicas e políticas emergentes.

Um dos principais focos da prospecção é a ampliação das TS para outros territórios, adaptando-as a contextos regionais diversos, como áreas rurais em risco de desterritorialização e comunidades afetadas por grandes empreendimentos. A replicação das metodologias participativas já aplicadas no Colegiado BIG poderá não só mitigar impactos socioambientais negativos, mas também promover a inclusão social e econômica, fortale-

cendo a coesão territorial e a governança local. A articulação entre as comunidades, o poder público e as universidades será fundamental para o sucesso dessa expansão.

Outro cenário relevante envolve a integração das TS nas políticas públicas, com o objetivo de garantir a continuidade e a ampliação do suporte governamental às iniciativas de desenvolvimento territorial. A reativação de programas de fomento com o retorno do MDA, a exemplo do PRONAF, PAA, e PNAE, oferece novas oportunidades de financiamento e parcerias institucionais. Entretanto, a vulnerabilidade política e os cortes de recursos permanecem como ameaças significativas. Para mitigar esses riscos, é necessário fortalecer as coalizões com a sociedade civil e ampliar a visibilidade

Figura 3 - Matriz FOFA do Colegiado BIG no ano 2019

Pontos fortes	Pontos fracos
UNACOOP presente desde a constituição dos territórios e base da malha estadual de comercialização e abastecimento da agricultura familiar.	MEGAEMPREENDIMENTOS sem conhecimento das expectativas do Colegiado oferece apenas assistencialismo.
VISIBILIDADE das organizações sociais, das compras institucionais, das feiras da AF, Agroecologia e Turismo rural.	ORGANIZAÇÃO COLETIVA com baixo protagonismo, nas cooperativas induzidas pelas políticas públicas.
EXTENSÃO universitária continuada a partir do NEDET.	POUCA TRANSPARÊNCIA do polo tecnológico do mar.
Oportunidades	Ameaças
CAPACIDADE DE INTERPRETAÇÃO pelas organizações sociais no turismo, comercialização, certificação, rastreabilidade, e outros processos.	DESMONTE DAS POLÍTICAS e instrumentos de apoio à Agricultura familiar e Populações tradicionais e Ordenamento territorial urbano e ambiental.
CONVERGÊNCIA AMBIENTAL reunindo interesses antagônicos diversas territorialidades para o gerenciamento costeiro na BIG – projeto piloto.	NEGAÇÃO DOS DIREITOS das populações tradicionais em termos de Garantias fundiárias e de Ir e vir, receber visitas.
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL a partir da cooperação municípios – UFRRJ: Consórcios intermunicipais e apoio PEPEDT em Plataforma de Gestão social.	MARCO INSTITUCIONAL FRACO nas secretarias municipais de agricultura, Unidades de Conservação e Assentamentos da Reforma Agrária.

Fonte: Maury *et al.* (2021, p.774)

das TS nos debates sobre políticas públicas de DTS.

Em síntese, as reuniões do Colegiado BIG se mostraram essenciais para a articulação e atualização dos atores locais, para o esclarecimento de dúvidas, para o fortalecimento do compromisso com o desenvolvimento sustentável e para a disseminação do conhecimento produzido. Esse espaço de governança participativa garante a continuidade e eficácia das políticas públicas voltadas ao DTS,

promovendo a coesão social e a construção de soluções coletivas (Figura 5).

Figura 4 - Prospecção das ações do PEPEDT

Cenário de Prospecção	Oportunidades	Ameaças	Ações Estratégicas	Resultados Esperados
Expansão das (TS) na BIG	Fortalecimento da participação social e aumento da coesão territorial	Falta de financiamento e descon-tinuidade de po-líticas públicas	Fortalecer parce-rias com univer-sidades, secreta-rias e Ongs para garantir recursos	Aumento da autono-mia comunitária e melhoria da gover-nança participativa
Integração das (TS) com (PP) de (DT)	Acesso a novos re-cursos públicos e maior visibilidade das ações locais	Instabilidade po-lítica e corte de verbas	Articulação com atores sociais para promover a inclusão das (TS) nas agendas pú-blicas	Maior impacto social das TS e promoção do desenvolvimento territorial sustentá-vel
Ampliação das (TS) em regiões impactadas por megaempreendi-mentos.	Implementação de práticas sustentá-veis e mitigação de impactos socioam-bientais	Deslocamento forçado e desterritorialização	Mobilização de comunidades locais para asse-gurar o direito ao território	Redução dos impac-tos de megaempre-endimentos e au-mento da resiliência das comunidades

Fonte: Autores (2025)

Figura 5 - Encontro da 34ª Reunião do Colegiado
BIG em Ilha Grande



Fonte: Autores (2025)

Observatório Territorial BIG

O OT-BIG, foi considerado aqui como uma importante ferramenta de DTS e como uma das principais TS. Ele surge como uma iniciativa dentro do PEPEDT para monitorar e avaliar as ações e políticas implementadas no território da Baía da Ilha Grande. Este observatório foi estruturado para oferecer uma visão integrada das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do território, permitindo a análise contínua dos impactos das ações desenvolvidas.

O OT-BIG desempenha um papel central na articulação de políticas públicas para o DTS, oferecendo uma visão integrada das dinâmicas territoriais (Figura 6). Ele também sistematiza e categoriza

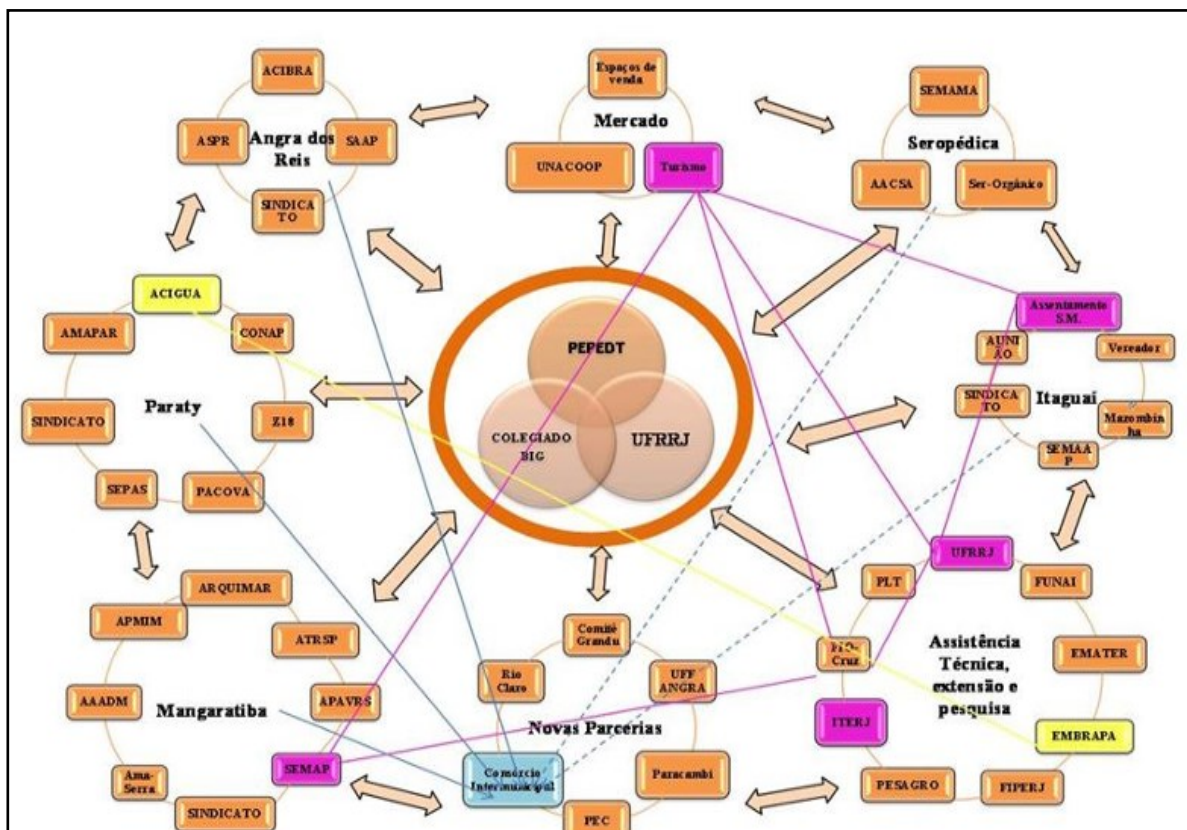
os dados resultantes das pesquisas e ações do PEPEDT, proporcionando uma base sólida para a análise de dados da evolução do desenvolvimento territorial na Baía da Ilha Grande. Através da categorização de dados desta pesquisa, foi possível caracterizar o OT-BIG como ferramenta que identificou e analisou as articulações políticas no território, promovendo uma abordagem descentralizada e participativa, através da formação de rede entre os atores locais.

A sistematização de dados e a avaliação de políticas públicas e projetos realizados pelo Observatório Territorial BIG (OT-BIG) são elementos fundamentais para garantir a eficácia das ações implementadas no território. A sistematização de dados envolve a coleta, organização e análise contínua das informações geradas pelos diversos projetos e políticas públicas desenvolvidos no âmbito do PEPEDT. Esse processo permite que os dados sejam categorizados de maneira clara, fornecendo uma visão abrangente das dinâmicas territoriais e facilitando a tomada de decisões informadas.

Sistematização de ações do PEPEDT para caracterização de Tecnologias Sociais (TS)

As TS desenvolvidas no âmbito do PEPEDT e do Colegiado BIG são baseadas no princípio da co-criação entre a academia e as comunidades locais. Essas tecnologias têm como objetivo atender

Figura 6 - Rede do Observatório BIG



Fonte: Ramos (2019)

às necessidades específicas do território, promovendo soluções inovadoras e sustentáveis. Para organizar e sistematizar o conhecimento produzido ao longo dos anos de atuação do PEPEdT, foi primeiramente realizada uma sistematização e análise das produções do PEPEdT em formatos de dissertações e teses (Figura 7) utilizada uma matriz de similaridade. Essa ferramenta permitiu categorizar e analisar os dados oriundos de dissertações, teses, relatórios de projetos e outras produções acadêmicas relacionadas às ações de extensão e pesquisa do programa.

A matriz de similaridade possibilitou uma

visão ampla e detalhada das metodologias inovadoras aplicadas, das problemáticas enfrentadas, dos objetivos e das conclusões obtidas nos diversos territórios onde o PEPEdT atua. A partir da tabulação de dados realizada, foi possível agrupar os principais temas e abordagens de forma estatística. As categorias levantadas incluíram elementos como Gestão Social, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, permitindo uma análise sistemática das hipóteses, metodologias, ferramentas utilizadas e desafios encontrados e objetivos. Esses agrupamentos forneceram uma base sólida para identificar padrões e práticas replicáveis em outros

Figura 7 - Produções utilizadas para elaboração dos dados

Dissertações	Controle Social e Políticas de Desenvolvimento: Um olhar sobre o município de Itaguaí (RJ) e a sua territorialidade face aos megaempreendimentos (FRANCISCO,2016).	Uma Análise sobre a Política Pública do Serviço de Conveniência e fortalecimento de vínculos (SCFV) em um território marcado pela mudança: O caso do Município de Itaguaí (NASCIMENTO, 2016).	GESTÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL NO BAIRRO CARIOCA DE SANTA CRUZ E ITAGUAÍ (IKEDA,JUNIOR, 2017).	Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Territorial Sustentável: a dinâmica do APL do Turismo (APLTur) na Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ (LIMA,2023)	Cultura Popular, Economia Solidária e Gestão Social: um estudo de caso da organização social do Coletivo Educação Solidária na Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ, em tempos pandêmicos . (DE PAULA,2022)	PROJETO DO POLO TECNOLÓGICO DO MAR DA BAÍA DE SEPETIBA: CENÁRIOS FUTUROS ATRAVÉS DOS PARÂMETROS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO E FINANCIAMENTO DO PTMBS (RJ) (ROSA,2022).	Atuação dos conselhos comunitários no acompanhamento e participação cidadã no Plano diretor de desenvolvimento sustentável do município de Itaguaí - RJ (MACEDO,2014)
Teses	Comunidades Tradicionais Quilombolas do Território da Baía de Ilha Grande – Big/RJ: Gestão e Controle Social (MACEDO,2021).	As Políticas Públicas para Agricultura Familiar como Possibilidade de Mitigar Impactos dos Megaempreendimentos na Agricultura de Itaguaí-RJ (COSTA,2016).	O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande, RJ: Gestão, Controle Social e Espaço de Articulação e Negociação entre Atores (RAMOS,2019).	Gestão e Controle Social no Programa Nacional de Alimentação Escolar: casos no Território Rural da Baía de Ilha Grande - RJ (KRAEMER,2018)	Território Identitário de Itaguaí - TIdI: Desterritorialização, Resistência e Articulações de Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais (NASCIMENTO,2021)		

Fonte: Autores (2025)

territórios, o que facilitou a criação de um portfólio de tecnologias sociais.

A matriz de similaridade foi essencial para identificar as principais premissas e padrões nas produções do PEPEDT, o que permitiu a dissecação detalhada das tecnologias sociais implementadas. A análise estatística das produções categorizou os resultados em: Território m, Problemática, Hipótese, Premissa, Metodologia, Objetivos, Ferramentas Utilizadas, e Desafios encontrados. Isso forneceu uma estrutura para a criação de um portfólio de metodologias inovadoras e tecnologias sociais que se adequam às especificidades de cada território.

Entre as metodologias inovadoras, destacam-se o uso de ferramentas qualitativas e quanti-

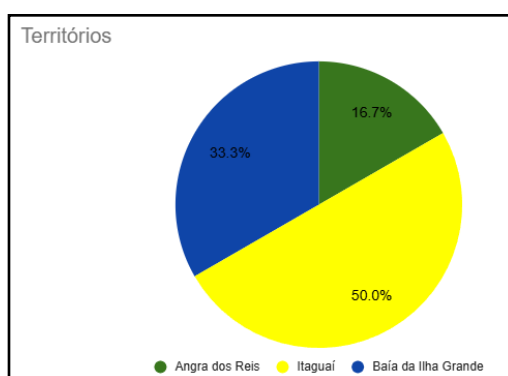
tativas, como entrevistas e pesquisas de campo, que foram amplamente utilizadas para avaliar o impacto das tecnologias sociais aplicadas. Essas ferramentas permitiram compreender a dinâmica territorial de forma mais precisa, capturando as percepções dos atores sociais e as realidades locais. Ao aplicar essas metodologias, o PEPEDT e o Colegiado BIG conseguiram identificar os principais desafios enfrentados, como a baixa participação da sociedade civil, o controle social e as desigualdades no desenvolvimento territorial.

As TS desenvolvidas e analisadas pela matriz de similaridade proporcionaram resultados tangíveis, como o fortalecimento da participação cidadã e o aprimoramento do controle social nos

territórios. Esses resultados evidenciam a importância de uma abordagem participativa e colaborativa, que considera os saberes locais e acadêmicos como complementares na construção de soluções sustentáveis. Além disso, o uso da matriz de simi-

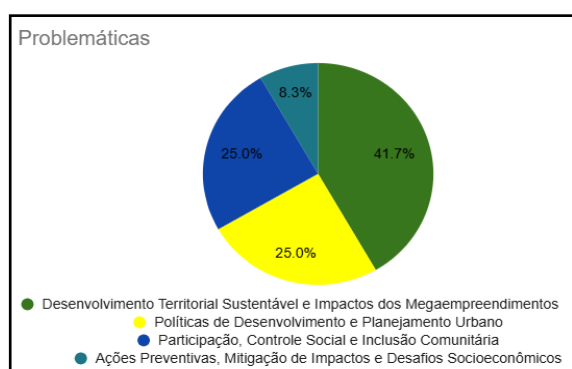
laridade e das análises estatísticas oferece um modelo replicável para a aplicação de tecnologias sociais em outros contextos territoriais. Ao sistematizar o conhecimento produzido (figuras 8 a 13) e promover a disseminação de metodologias inova-

Figura 8 - Locais foco das pesquisas



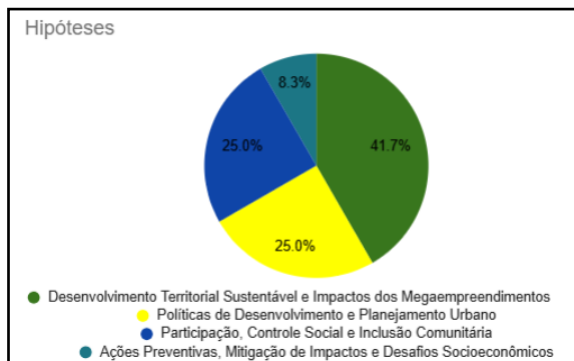
Fonte: Autores (2025)

Figura 9 - Problemáticas trabalhadas nas pesquisas



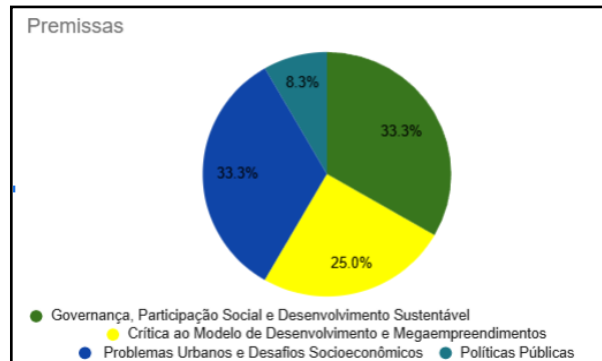
Fonte: Autores (2025)

Figura 10 - Hipóteses levantadas nas produções



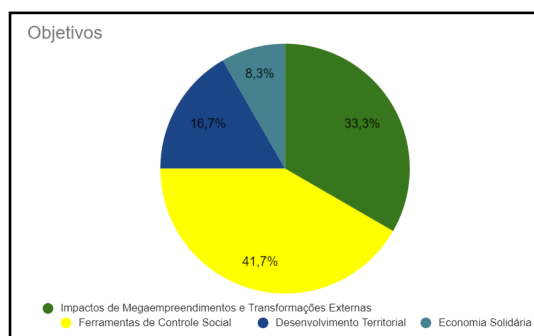
Fonte: Autores (2025)

Figura 11 - Premissas trabalhadas nas produções



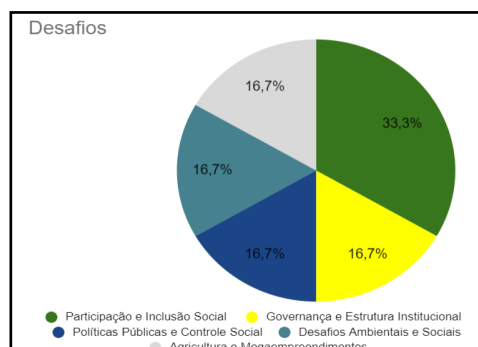
Fonte: Autores (2025)

Figura 12 - Objetivos dos trabalhos



Fonte: Autores (2025)

Figura 13 - Desafios Encontrados nas produções



Fonte: Autores (2025)

doras, o PEPEDT e o Colegiado BIG contribuem para a construção de um desenvolvimento territorial sustentável que pode ser adaptado a diferentes realidades socioeconômicas culturais.

A construção da Matriz de Similaridade (figuras 14 e 15) seguiu uma metodologia rigorosa e sistematizada, pautada em critérios científicos adequados ao contexto do (DTS) e das tecnologias sociais (TS). O processo inicial consistiu na seleção criteriosa de produções acadêmicas, incluindo teses, dissertações e artigos publicados por discentes com, no mínimo, titulação de mestre. Esse critério foi estabelecido para garantir a profundidade teórica e metodológica das produções selecionadas, assegurando que o conteúdo analisado tivesse

relevância acadêmica e aplicabilidade prática no contexto do território.

Para a organização do portfólio considerou-se as contribuições que exploram em profundidade áreas específicas relacionadas ao DTS e políticas públicas, trazendo novas abordagens e análises que demonstram a aplicação prática das inovações como TSs. A categorização desses materiais permitiu uma visão crítica e estruturada, ampliando a compreensão sobre a eficácia das iniciativas e criando uma base sólida para novas estratégias de atuação. Além disso, a utilização de matrizes comparativas e análises estatísticas possibilitou uma leitura mais precisa dos desafios e oportunidades, reforçando o papel central do PEPEDT na promo-

Figura 14 - Matriz de Similaridade das Teses

Titulo	Território	Problemática	Hipótese	Premissa	Objetivos	Desafios Encontrados
Comunidades Tradicionais Quilombolas do Território da Baía de Ilha Grande – Big/RJ: Gestão e Controle Social (MACEDO,2021)	BIG	As Comunidades Tradicionais Quilombolas no Território Rural da Baía de Ilha Grande; Desafios pelo reconhecimento de direitos territoriais e sociais; Baixa mobilização social.	Como as comunidades quilombolas do Território BIG se organizam? Como colaboram com instituições locais para ganhar protagonismo na esfera pública?	A organização e ação das Comunidades Tradicionais Quilombolas. Como as CTQs promovem inclusão econômica sustentável.	Investiga se organização socioeconômica, política e institucional das Comunidades Tradicionais Quilombolas no Território Rural da Baía de Ilha Grande. Ele foca em entender mecanismos de inclusão produtiva, resistência política e controle social das comunidades.	Reconhecimento e Titulação de Terras; Preservação Cultural e Identidade; Acesso a Políticas Públicas.
As Políticas Públicas para Agricultura Familiar como Possibilidade de Mitigar Impactos dos Megaemprendimentos na Agricultura de Itaguaí-RJ (COSTA,2016)	Itaguaí	Os desafios da agricultura familiar em Itaguaí frente aos megaemprendimentos; Falta de regulamentação do uso do solo e transformação de áreas agrícolas em comerciais e residenciais; Baixa participação social.	Quais ações preventivas em relação aos impactos? Como mitigar impactos de produtivos de escala global? Um território com sua estrutura local convencional pode fazer frente a megaemprendimentos?	Falta de regulamentação do solo; Ocupação desordenada; Fraca coesão social.	Analisar as políticas públicas frente aos impactos dos megaemprendimentos na agricultura de Itaguaí. Investiga a condução e os resultados das políticas para a agricultura familiar diante desses desafios. Além de identificar aspectos multidimensionais em Políticas Públicas, Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável.	A agricultura familiar em Itaguaí enfrenta desafios devido aos megaemprendimentos; A regulamentação do uso do solo; Fortalecimento da sustentabilidade.
O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía de Ilha Grande, RJ: Gestão, Controle Social e Espaço de Articulação e Negociação entre Atores (RAMOS,2019)	Angra dos Reis	Conflitos nas comunidades rurais na Baía de Ilha Grande; Desenvolvimento Territorial Sustentável; Gestão Participativa.	turismo de base comunitária não inclui o produtor rural? A vivência da cultura rural não inclui a cultura e o modo de vida do produtor rural? Gastronomia não reflete a cultura do meio rural?	Gestão participativa; Papel crucial de instituições de pesquisa; Mobilização política da sociedade civil.	Os objetivos da tese são analisar a dinâmica política do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía de Ilha Grande, compreender seu processo de legitimação e transformação, além de avaliar o envolvimento de atores sociais e instituições na execução de estratégias de desenvolvimento.	Mobilização e Engajamento; Inclusão Social; Resiliência Comunitária.
Gestão e Controle Social no Programa Nacional de Alimentação Escolar: casos no Território Rural da Baía de Ilha Grande - RJ (KRAEMER,2018)	BIG	A implementação do PNAE no Território BIG; gestão e controle social para inclusão dos agricultores familiares; Desenvolvimento Sustentável.	Qual o processo para se buscar o desenvolvimento sustentável? Como tratar a qualidade de vida? Que sociedade tipo de sociedade que se propõe a debater?	Examina o controle e gestão social; Políticas públicas para a agricultura familiar; Foco no PNAE para fortalecer a AF no Território BIG.	Investiga o impacto do PNAE na agricultura familiar do Território BIG, enfatizando a gestão e controle social, para entender como essa política influencia o desenvolvimento sustentável local.	Fragilidade da estrutura institucional nos municípios; Engajamento dos atores locais; Inclusão dos atores.
Território Identitário de Itaguaí - TIdI: Desterritorialização, Resistência e Articulações de Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais (MAGALHÃES, 2024)	Itaguaí	Análise o Território Identitário de Itaguaí (TIdI); Impactos de empreendimentos no Território Identitário de Itaguaí; Situação dos gricultores familiares e pescadores artesanais locais.	“Quem se beneficia?”; “Quais são os interesses dos envolvidos?”; “Esse crescimento econômico é saudável para quais estratos político-econômicos?”.	investiga os impactos do crescimento econômico sobre a saúde socioambiental; quais estratos político-econômicos se beneficiam desse processo	Investigar os efeitos das transformações externas no Território Identitário de Itaguaí (TIdI). Isso inclui entender como essas mudanças impactam os subterritórios rurais, resultando em desterritorialização. Além disso enfatiza suas características socioeconômicas e culturais.	Impactos Ambientais; Políticas Públicas Ineficazes; Baixa participação Comunitária

Fonte: Autores (2025)

ção de um desenvolvimento territorial que alia teoria e prática de maneira eficaz.

Figura 15 - Matriz de Similaridade das Dissertações

TÍTULO	TERRITÓRIO	PROBLEMATICA	HIPÓTESE	PREMISSA	OBJETIVOS	DESAFIOS ENCONTRADOS
Atuação dos conselhos comunitários no acompanhamento e participação cidadã no plano diretor de desenvolvimento sustentável do município de Itaguaí - RJ (MACEDO, 2014)	Itaguaí	Eficácia dos Conselhos Comunitários; Acompanhamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Itaguaí; Compreensão dos conselheiros sobre o desenvolvimento territorial.	Como os conselheiros municipais utilizam o PDDSMI; Ferramentas para avaliar sua implementação.	Participação dos Conselhos Comunitários na governança urbana; cidadania deliberativa; desenvolvimento territorial sustentável.	Analisar a atuação dos Conselhos Comunitários como instrumento de acompanhamento e participação na implementação do PDDSMI, descrevendo sua operação e interação com o poder público.	Falta de Capacitação dos conselheiros municipais; Fortalecimento da Participação Social; Ausência de democracia participativa.
Controle social e políticas de desenvolvimento: um olhar sobre o município de Itaguaí (RJ) e a sua territorialidade face aos megaempreendimentos (FRANCISCO, 2016)	Itaguaí	As políticas de desenvolvimento de Itaguaí; megaempreendimentos; baixa coesão territorial e social.	Examinar o controle social em Itaguaí-RJ e como suas ferramentas influenciam a formulação de políticas públicas.	Crítica ao modelo de desenvolvimento centrado em megaempreendimentos; Contraste entre investimentos bilionários e falta de infraestrutura; Crescimento econômico e expansão do orçamento público, não promove um desenvolvimento local efetivo.	A pesquisa avalia a eficácia das ferramentas de controle social em Itaguaí, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, conselhos comunitários, ouvidorias municipais, e outros mecanismos institucionais, para analisar a governança local e a participação popular frente à atração de megaempreendimentos, utilizando critérios de Cidadania Deliberativa e Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).	Baixa Coesão Social; Efetividade dos Instrumentos de Controle Social; Governança Local.
Uma análise sobre a política pública do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em um território marcado pela mudança: o caso do município de Itaguaí (NASCIMENTO, 2016)	Itaguaí	Planejamento, implementação e avaliação de ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Participação e Controle Social; Promoção da cidadania deliberativa.	De que maneira os dados podem ser apreendidos para destacar suas principais características? Quais técnicas de análise são adequadas para examinar esses dados?	O SCFV desempenha um papel crucial na transformação social de Itaguaí (RJ), enfatizando a importância de avaliar tanto a teoria quanto a prática das políticas públicas.	Análise dos SCFV nos seis CRAS de Itaguaí/RJ com os fundamentos teórico-metodológicos do MDS. Investigar como mudanças históricas e socioeconômicas, incluindo a chegada de megaempreendimentos, impactaram sua eficácia.	Falta de Adequação das Diretrizes Governamentais; Participação Limitada da Sociedade Civil.
Gestão social e controle social no bairro carioca de Santa Cruz e Itaguaí (KEDA JUNIOR, 2016)	Itaguaí	Dinâmicas de poder e gestão social; Necessidade de controle social; Equilíbrio entre interesses públicos e privados.	O aumento na participação da população em denúncias está ligado à percepção de que essas denúncias resultam em ações concretas por parte das autoridades.	A baixa participação da sociedade civil em processos de gestão e controle social; Falta de conhecimento e medo; O Território enfrenta desafios socioeconômicos como baixos índices de desenvolvimento humano e social.	Explorar e analisar a dinâmica da participação da população, controle social e gestão social em contextos como os Megaempreendimentos. Ele investiga como esses conceitos se manifestam nas interações entre Estado, sociedade e mercado, destacando desafios e oportunidades para um desenvolvimento inclusivo e sustentável.	Baixa participação da sociedade civil na gestão e controle social; Falta de Infraestrutura dos órgãos de controle social; Desigualdade entre os megaempreendimentos e seus territórios.
Arranjos produtivos locais e desenvolvimento territorial sustentável: a dinâmica do APL do turismo (APLTur) na Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ (LIMA, 2023)	Angra dos Reis	Desenvolvimento turístico desenfreado; Problemas Ambientais; Desenvolvimento Territorial Sustentável.	Quais são as medidas dos atrativoturísticos e do potencial turístico no local?; a estruturação da atividade turística é adequada à reprodução da atividade e às especificidades do território?	Falta de planejamento urbano; Construção Desenfreada; Ausência de fiscalização.	Analisar a dinâmica do Arranjo Produtivo Local de Turismo (APLTur) da Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ, para determinar em que medida o potencial turístico e a organização local influenciam o desenvolvimento territorial em seus diversos âmbitos e verificar se esse desenvolvimento é sustentável.	Presevação Territorial e Ambiental; Inclusão Econômica e Social; Sustentabilidade.
Cultura popular, economia solidária e gestão social: um estudo de caso da organização social do Coletivo Educação Solidária na Ilha Grande - Angra dos Reis	Angra dos Reis	Pandemia da Covid-19; Comunidade Vulnerável na Ilha Grande; Profunda sensação de insegurança e incerteza; Crise econômica e social.	Como se dá a organização social em torno da Economia Solidária, pela ótica da Gestão Social a partir da captação de recursos públicos para o Desenvolvimento do Território?	Insegurança e crises pela desigualdades e falhas do modelo	Os objetivos da pesquisa é analisar e descrever como os princípios da Economia Solidária se manifestaram sob a ótica da Gestão Social, com base na experiência do Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária realizado na Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ.	Insegurança Alimentar; Desigualdade; Desemprego.
Projeto do polo tecnológico do mar da Baía de Sepetiba: cenários futuros através dos parâmetros de inovação tecnológica, organização social no território e financiamento do PTMBS (RJ)	Baía da Ilha Grande	Cenários com base em inovação tecnológica; Financiamento e organização social; impactos socioambientais dos megaempreendimentos nas Baías de Sepetiba e Ilha Grande.	o impacto dos megaempreendimentos na Baía de Sepetiba em relação ao BIG, compensação e mitigação socioambiental nas Baías de Sepetiba e Ilha Grande.	Argumenta que o PTM-BS não é um verdadeiro polo tecnológico; Carece de gestão social adequada; A necessidade de um modelo participativo para melhor coordenar o desenvolvimento e mitigar impactos socioambientais.	Descrição dos territórios abrangidos pelo PTM-BS e dos municípios do Colegiado BIG; Verificação do modelo de gestão mais eficiente para integrar megaempreendimentos e atores locais, promovendo um desenvolvimento sustentável e participativo com o PEPEdT; Valiação dos Polos Tecnológicos e do modelo Pôle Mer Bretagne Atlantique.	Participação Local; Coordenação Territorial; Mitigação de Impactos Sociais.

Figura 16 - Portfólio das atividades do PEPEDT junto ao Colegiado BIG

Tecnologias Sociais	Resultado Esperado	Objetivos	Territórios de Ampliação
Observatório Territorial BIG	Monitorar e avaliar as ações e políticas implementadas no território.	Monitoramento; Avaliação; Articulação.	Angra dos Reis; Itaguaí; Mangaratiba; Paraty; Rio Claro; Seropédica;
Oficinas Participativas	Encontros participativos para engajar os atores locais em processos deliberativos, promovendo a gestão social participativa.	Engajamento; Cocriação; Inclusão.	Angra dos Reis; Itaguaí; Seropédica;
Feira de Economia Solidária	Fomentar a criação de espaços comerciais e a valorização colaborativa para os produtores locais	Geração de renda; Incentivo aos produtos e produtores da Economia Solidária.	Angra dos Reis; Itaguaí; Seropédica;
Capacitações para Gestão Social	Formação de lideranças locais, fornecendo ferramentas de planejamento e controle social.	Autonomia; Liderança; Planejamento.	Angra dos Reis; Itaguaí; Seropédica;
Programas de Inclusão Produtiva	Promoção da inclusão social e econômica das comunidades, os programas de capacitação técnica para atividades produtivas.	Empoderamento; Sustentabilidade; Renda	Angra dos Reis; Itaguaí; Mangaratiba; Paraty; Seropédica;

Fonte: Autores (2025)

CONCLUSÕES

Ao longo do estudo, foi evidenciado como as TS desenvolvidas PEPEdT integraram saberes acadêmicos e populares, resultando em metodologias inovadoras que não apenas atenderam às necessidades locais, mas também contribuíram para a inclusão social e a justiça territorial. A extensão universitária se consolidou como um elo crucial entre a pesquisa acadêmica e as realidades territoriais, permitindo uma articulação efetiva entre atores sociais, poder público e universidades. As ferramentas metodológicas utilizadas foram fundamentais para identificar desafios e oportunidades, oferecendo soluções replicáveis em outros contextos territoriais. A colaboração do PEPEdT junto ao Colegiado BIG, demonstrou que a articulação entre conhecimento acadêmico e saberes locais pode promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma sustentável.

Por fim, o estudo conclui que o sucesso dessas iniciativas depende não apenas da aplicação prática de metodologias inovadoras, mas também da continuidade das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento territorial. A reativação do MDA e a ampliação dos programas para novos territórios, representam oportunidades significativas para a disseminação e adaptação dessas TS, garantindo que um número maior de comunidades possa se beneficiar das inovações geradas pelo PEPEdT.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos Estudos Cebrap**, n. 86, p. 97-113, 2010.
- BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.
- CANÇADO, Airton Cardoso; SAUSEN, Jorge Oneide; VILLELA, Lamounier Erthal. Gestão Social versus Gestão Estratégica. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.) **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti. Pessoas; CORRÊA, Walquíria Kruger. Desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações sobre o discurso oficial do governo federal. **Ipea**, 29(2), p. 265-280, 2004.
- CARDOSO, Rafaela Rosa Chaves. **Projeto do Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba: cenários futuros através dos parâmetros de inovação tecnológica, organização social no território e financiamento do PTMBS (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas).

cas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

CARDOSO, Rafaela Rosa Chaves; CELESTINO, Edmir, Amanajás; VILLELA, Lamounier Erthal. Pesquisa e extensão universitária na valorização de comunidades tradicionais. **CSDT**, v. 12, p. 31, 2022.

COSTA, Eduardo Gusmão. **As políticas públicas para agricultura familiar como possibilidade de mitigar impactos dos megaempreendimentos na agricultura de Itaguaí-RJ**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

CONDRAF. **2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, DF: MDA, CONDRAF, 2013.

DAGNINO, Renato. Tecnologia social e desenvolvimento social. In: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social: Ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Autores Associados, p. 35-52, 2004.

DAGNINO, Renato. et al. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Komedi, 2010.

DE PAULA, Thassya Andryna Silva. **Cultura popular, economia solidária e gestão social: um estudo de caso da organização social do Coletivo Educação Solidária na Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ, em tempos pandêmicos (2020-2022)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

DUQUE, Oliveira Thais. **Tecnologia social e gestão social: interfaces e conexões**. Tese (Doutorado em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.

FRANCISCO, Daniel Neto. **Controle social e políticas de desenvolvimento: um olhar sobre o município de Itaguaí (RJ) e a sua territorialidade face aos megaempreendimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

IKEDA JÚNIOR, RYUZO. **Gestão social e controle social no bairro carioca de Santa Cruz e Itaguaí – RJ: um olhar sobre o desenvolvimento local no território dos megaempreendimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

KRAEMER, C. F. B. **Gestão e controle social no Programa Nacional de Alimentação Escolar: casos no território rural da Baía de Ilha Grande - RJ.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna; CLEVELARIO JUNIOR, Judicael; NASCIMENTO, José Antônio Sena; COLLARES, José Enilcio Rocha; SILVA, Luiz Carlos Dutra. **Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise a partir da aplicação do barômetro da sustentabilidade.** *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Sustentável*, SciELO, 2008.

LIMA, Nicholas Augusto Mendes da Rocha. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento territorial sustentável: a dinâmica do APL do turismo (APLTur) na Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

LIMA, Nicholas Augusto Mendes da Rocha.; MAURY, P.; CARVALHO, I. Devir da relação entre extensão universitária e participação social na economia social e solidária: o caso do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (RJ). **Cadernos EBAPE.BR**, v. 22, n. 3, 2024.

MACEDO, L. F. de A. **Atuação dos conselhos comunitários no acompanhamento e participação cidadã no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itaguaí – RJ.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

MOREIRA Suane Teixeira.; BARBOSA Breno Yvens Barreto; RODRIGUES Cruz Rodrigues; SILVA, Regina Oliveira; Levantamento de tecnologia social na pesca: estudo exploratório do uso de apetrechos de pesca em comunidades da região do Salgado no estado do Pará. **Anais XII ENAPEGS**, Vol. 5, p. 203, 2023.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmento; **Território identitário de Itaguaí - Tidl: desterritorialização, resistência e articulações de agricultores familiares e pescadores artesanais.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmento. do. **Uma análise sobre a política pública do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em um território marcado pela mudança: o caso do município de Itaguaí (RJ).** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públi-

cas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

RAMOS, Diná Andrade Lima; **O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande, RJ: gestão, controle social e espaço de articulação e negociação entre atores.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

RAMOS, Diná Andrade Lima; NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento do; VILLELA, Lamounier Erthal. Cooperação e solidariedade para o desenvolvimento sustentável no território da Baía da Ilha Grande/RJ, Brasil. **Pegada Eletrônica** (UNESP. Impresso), v. 22, p. 452-469, 2021.

RAMOS, Diná Andrade Lima; VILLELA, Lamounier Erthal; MAURY, P. M. Extensão universitária: apoio à participação social para o desenvolvimento dos territórios rurais. **NAU Social**, v. 12, p. 564-577, 2021.

RAMOS, Diná Andrade Lima; VILLELA, Lamounier Erthal; NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento do. Cooperação e solidariedade para o desenvolvimento sustentável no território da Baía da Ilha Grande/RJ, Brasil. **Pegada Eletrônica**, v. 2, p. 465, 2021.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Controle social de territórios: teoria e prática.** Palmas: UFT, 2018.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Cidadania, território e atores sociais.** Rio de Janeiro: FGV EBAPE, 2016.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Cidadania e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão Social: uma Perspectiva Conceitual.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

VILLELA, Lamounier Erthal.; RAMOS, Diná Andrade Lima. Devir da relação entre extensão universitária e participação social. **Controle Social e Desenvolvimento Territorial**, v. 12, p. 19-30, 2022.